

O PROCESSO DE INCLUSÃO

Maria de Fatima Casagrande Talma
Vitória Aparecida Santos de Campos
Thais Souza
Neuzete Pires Ferreira
Lisleandra Machado

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – IF SUDESTE MG – CAMPUS SANTOS DUMONT, casagrandetalma@yahoo.com.br, vitoria9358@gmail.com, thaisouzaemidio@gmail.com, juliamachado2711@hotmail.com, lisleandra.machado@ifsudestemg.edu.br.

Introdução: As atuais ideias sobre o paradigma da educação inclusiva procura descortinar no ser humano suas virtudes em busca de variadas soluções para os desafios do cotidiano na escola. Diante de tais problemáticas vivenciadas, surge a necessidade de reflexão e tomada de decisão para situações já existentes. Uma sociedade inclusiva oportuniza a todos os atores o direito de conquistar sua autonomia, a participar dos programas institucionais e usufruir da igualdade educacional proporcionando maior integração com a família e a sociedade. O educador tem como dever primordial garantir o direito e o sucesso de seus alunos através de técnicas e metodologia adequada a fim de ampliar as capacidades para seu aprendizado. **Metodologia:** O presente estudo foi realizado na Escola Municipal Irmã Ana Maria Teixeira Costa e conduzido pela equipe pedagógica, professores, pais e estagiários de Psicopedagogia. No primeiro momento, utilizou-se de fichas de observação das principais características dos alunos, roteiro de anamnese psicológico para avaliar a história de vida dos alunos em foco, o PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) baseado no laudo médico e questionário direcionado aos professores e pais de alunos. No segundo momento, intervenção pedagógica com todos envolvidos no processo. **Resultados e discussão:** Diante de tais problemáticas constatadas na comunidade escolar surge a necessidade de reflexão a fim de buscar soluções para as situações já existentes. A proposta da inclusão, enquanto motivo de estudos e soluções para definir metas e garantir lugar na esfera educacional, alia-se às políticas públicas na área da educação para necessidades especiais evidenciando os Direitos Humanos previstos em lei. É de fundamental importância focar a intencionalidade nos campos sociopolítico e pedagógico de implantar nas escolas projetos que realmente visem à inclusão de alunos que por motivos particular estejam marginalizados. Como prioridade, destaca o sentido de compromisso com a solução para o conflito de tantas crianças que são impedidas de estudar em escolas regulares, posteriormente



definirem as ações educativas e as características necessárias às escolas para que cumpram suas funções de direito aplicado aos alunos. Documentos tais como a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos [Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien, Tailândia – 1990)] e a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 que define a escola inclusiva como a que deve acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras: crianças com deficiência e as bem dotadas; que vivem nas ruas e que trabalham; de populações distantes ou nômades; de minorias linguísticas, étnicas ou culturais; de grupos menos favorecidos e marginalizados (Declaração dos Direitos Humanos, 1948, p.17-18) reafirmam a preocupação com a questão da inserção de pessoas com necessidades especiais na escola. Na visão de que a educação inclusiva pressupõe um movimento contra qualquer tipo de exclusão que venha ocorrer dentro dos espaços educacionais do ensino regular Carvalho (2006, p. 36) disserta: “na medida em que está baseada na defesa dos direitos humanos de acesso, ingresso e permanência com sucesso em escolas de boa qualidade, o que, necessariamente, implica previsão de recursos de toda ordem”, possibilitando a todas as pessoas oportunidades educacionais adequadas, respeitando, durante todo o processo de aprendizagem, a individualidade, assim como as limitações inerentes a cada ser humano. Diante do processo educacional inclusivo é objetivo das escolas de ensino regular desenvolver uma nova política educacional aliada a uma prática inclusiva e uma nova cultura escolar pautada nos direitos humanos a fim de beneficiar a todos os alunos com um ensino de qualidade com base na igualdade por meio de uma reelaboração no PPP com a participação da equipe gestora e comunidade escolar. Neste contexto, Gil (2005) discorre que existe informação e interesse, famílias, escola, profissionais clínicas e órgãos governamentais se unem a favor de uma relação de crescimento satisfatório garantindo voz e vez a todos os envolvidos, “também analisa estas questões, desta forma, sugere que as práticas inclusivas, tenham como participantes: o professor, a família, a coordenação e principalmente os órgãos governamentais”. Gil (2005, p.167) **Conclusões:** O presente artigo conclui que apesar da escola atuar pela inclusão, a mesma não se encontra nos moldes adequados para receber os alunos portadores de necessidades especiais. Os professores não se encontram motivados e nem preparados para atuar na adequação da escola. 50% das famílias não acreditam nos direitos sociais da inclusão, embora os reconheçam.

Palavras – Chave: Inclusão; Família; Escola; Contexto social.





Referências

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos “is”.Porto Alegre: Mediação, 2004, p.27-36.

DECLARAÇÃO DE JOMTIEN. Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Joimtien, 1990.UNESCO1998. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>, acesso em 29/12/2013

GIL, M. **Educação Inclusiva**: O que o Professor tem a ver com isso? Marta Gil (coord), São Paulo, 2005. Realização USP. 167p. Disponível em: <HTTP://saci.org.br/pub/livroeducincl/redesacieducincl.html>.>

